

500 ANOS

Índios continuam lutando para conquistar educação

Em Mato Grosso, proposta é viabilizar o acesso ao ensino superior e ampliar o atendimento ao segundo grau, valorizando a cultura



Escola indígena em aldeia de Mato Grosso: proposta de ensino que respeite cultura

Mariane de Oliveira
Da Redação

Quinhentos anos após a "descoberta" do Brasil, os índios que estudam de 5ª série ao 2º Grau continuam sendo "educados" conforme a cultura ocidental. Muitos são forçados a assimilar os ensinamentos bíblicos e se esquecer da sua cultura, já que as religiões coordenam grande parte dessas escolas, através de seus representantes, que atuam como professores. Quem afirma é a representante indígena Pareci e presidente do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso, Francisca Novantino Ângelo. "Oferecemos ensino religioso no currículo escolar, mas não forçamos para que façam a catequese", afirmou o padre Miguel Paes da Silva, da Missão Salesiana, que atua em 120 aldeias indígenas. "As Igrejas, todas elas, são muito impostoras, não respeitam os cultos indígenas. Hoje faço pesquisa para resgatar minha cultura", ressaltou o índio Terena, pastor e coordenador do Grupo de Trabalho Missionário Evangélico, que trabalha em várias aldeias em Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Francisca Novantino ressalta que as religiões estão administrando escolas em convênio com o Estado, porque há uma demanda muito grande de professores índios para alunos de segundo grau nas aldeias. Mas, de acordo com ela, a partir des-

te ano 200 índios poderão concluir superiores de licenciatura plena em Matemática e Ciências da Natureza, licenciatura plena em Ciências Sociais e em Línguas, Artes e Literatura. A novidade é que, além do conteúdo que já existe nas outras universidades, os futuros professores-índios vão aprender, na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), a ensinar seu povo a resgatar e valorizar sua própria cultura. Na universidade de não-índios, como Francisca Novantino prefere chamar os brancos, os índios são obrigados a esquecer sua cultura e assimilar outra, que lhe é imposta.

O projeto de cursos de licenciatura específicos para a formação de professores indígenas é inédito no Brasil. Ele é executado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Unemat, UFMT, Povos Indígenas do Estado de Mato Grosso e Fundação Nacional do Índio (Funai), além do Conselho de Educação Escolar Indígena. Os índios vão aprender português, matemática, química, física, história, geografia, antropologia e sociologia. Ao mesmo tempo, vão aprender literatura brasileira e indígena, além de línguas também das duas culturas. A educação ambiental vai estar presente em todas as licenciaturas. "Esta é uma antiga reivindicação dos índios, que garante a preservação da identidade étnica deles", afirmou Francisca Novantino.

3º GRAU

Número de vagas para a universidade vai ampliar

Da Redação

No próximo ano haverá, em Mato Grosso, mais 400 índios aptos a ingressarem em um curso superior. Quem garante é o coordenador do projeto de cursos de licenciatura específicos para a formação de professores indígenas e representante da Unemat, professor Elias Januário. Ele esclarece que, das 200 vagas para os cursos de licenciatura pela Unemat, 20 serão destinados a índios de outros Estados e de países latino-americanos.

Para participar do curso, o índio precisa ter o segundo grau completo, falar um idioma indígena e ser indicado pela sua comunidade. Ele ainda precisa se submeter a prova de conhecimentos gerais e indígenas. A carga horária será a mesma de um curso de li-

cienciatura plena de qualquer universidade.

Como os alunos dos cursos de licenciatura já atuam como professores de primeiro grau nas aldeias, eles farão o curso em módulos intensivos, de um mês e meio cada, nos meses de janeiro e julho. Para concluir o curso, que tem duração de cinco anos, o aluno precisa apresentar uma monografia. Este trabalho de pesquisa vai ser desenvolvido durante o tempo em que o aluno estiver na sua aldeia, atuando como professor.

Durante quatro anos todos recebem o mesmo conteúdo. A opção por uma das licenciaturas oferecidas acontece no último ano do curso. "Agora os índios poderão ocupar o espaço que os não-índios ocupam, atuando como professores do seu povo", comemora Elias Januário. (M.O)



Francisca, do Conselho de Educação: ênfase ao ensino

HISTÓRIA

Continuação do Tucum para acabar com atraso

Da Redação

Nas 35 sociedades indígenas de Mato Grosso, apenas 72 índios estão capacitados para dar aulas para alunos de ginásio e segundo grau. Existem, em Mato Grosso, aproximadamente 22 mil índios, entre crianças e adultos. Em 1996, existiam apenas 61 índios matriculados nas universidades do país. "Se levada em conta a demanda nacional reprimida ao longo de cinco séculos sem escolarização específica, tal contingente chega à casa dos milhares", anunciou a coordenação do projeto de cursos de licenciatura específicos para a formação de professores indígenas.

"Os índios querem conhecer o que é ministrado nas universidades dos não-índios, mas sem perder sua identidade cultural", ga-

rantiu a representante indígena Pareci e presidente do Conselho de Educação Escolar Indígena, Francisca Novantino Ângelo. "Este é um ponto de partida para a autonomia da sociedade indígena na área da educação", afirmou o coordenador do projeto, professor Elias Januário, da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Francisca Novantino acredita que, a partir do momento em que os índios recebem um ensino onde sua cultura é valorizada, problemas como alcoolismo e violência nas aldeias tendem a diminuir. O projeto que será desenvolvido a partir deste ano, de acordo com ela, é uma continuação do projeto Tucum, desenvolvido pelo Governo do Estado, desde 1996 e que forma, este ano, 2000 índios no curso de magistério. (M.O)

Conselho critica invasão religiosa

Da Redação

"A coisa mais triste que tem é chegar em uma aldeia e ver um índio pregando, com uma bíblia embaixo do braço", afirmou a representante indígena Pareci e presidente do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso, Francisca Novantino Ângelo. Ela conta que muitas aldeias estão perdendo suas manifestações religiosas e culturais, por causa da forte presença de representantes de outras

religiões, nas aldeias.

De acordo com ela, é comum encontrar padres e pastores índios nas aldeias, que acabam recusando a própria cultura. "O maior dano a uma aldeia é a substituição de mitos indígenas por personagens bíblicos", comentou, visivelmente desolada. Indignada, ela denunciou o fato das aldeias estarem substituindo personagens mitológicos, que fazem parte de sua cultura e história, por imagens religiosas cristãs. Para Francisca, esses fatores causam um conflito

de identidade, responsável pelo alto índice de alcoolismo em aldeias. "É o caso dos Boróro", diz.

"O Brasil é nação constituída por muitos povos de diferentes etnias com histórias, saberes, culturas e línguas próprias. Estes povos têm capacidade para administrar, com autonomia, seus projetos de futuro". Esta observação, feita pelo índio Wapixana e professor Enilton André da Silva, de Roraima, está escrita no referencial curricular nacional para as escolas indígenas. (M.O).

Aldeia Umotina sofre descaracterização

Da Redação

A aldeia Umotina, em Barra dos Bugres, é a que mais sofreu a descaracterização cultural. As casas são todas de material, os rituais foram deixados de lado e o idioma foi quase que completamente esquecido. Nesta aldeia há um elevado número de alcoolismo. Em 1998, um índio alcoolizado matou outro, durante uma briga. Quem informa é a representante indígena Pareci e presidente do Conselho de Educação

Escolar Indígena do Estado, Francisca Novantino Ângelo.

"Esta aldeia sofreu um processo muito violento de adaptação à cultura não-índia", comentou Francisca Novantino. Ela lembrou que o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado pelo Marechal Rondon, reprimia todos os índios que eram considerados "rebeldes". Francisca explica que os rebeldes eram os índios que se recusavam a aprender o português e frequentar as escolas do homem branco. "Além disso, todas as et-

nias eram misturadas em um único lugar", completou. Dentro desta aldeia viviam índios Parecis, Caiabí, Nhamiquaras e outros.

Hoje, sobraram apenas 316 índios, entre adultos e crianças, que não mantêm, como acontece no Xingu, as tradições milenares. Estas famílias vivem em situação de desespero cada vez que chega a piracema, já que vivem da pesca. Ela fica localizada entre os rios Paraguai e Bugres. "A natureza desses índios é de pescadores", enfatizou. (M.O)

CAMINHO INVERSO

Terena busca novamente suas raízes

Da Redação

O índio Terena, pastor e coordenador da Organização Não-governamental Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), Lúcio Flores, está fazendo o caminho inverso, depois que abandonou sua cultura e religiosidade em nome do cristianismo.

"Voltei a ter interesse pela minha religiosidade e cultura originais, que, por um tempo, ficaram perdidas", enfatizou Lúcio. Ele é personagem do debate que envolve a relação entre cultura indígena e religiões de origem "não-indígena".

Lúcio viveu até os 17 anos entre seu povo, quando resolveu acompanhar uma missão religiosa, para estudar em Minas Gerais. "Saí da missão catequiza-

do. Por isso, minha vida ficou dividida em duas fases", comentou. Ele explica que acompanhou a missão porque achava que a religião cristã era melhor que a da aldeia. Hoje ele possui nova visão.

"Não que hoje eu ache que ela é ruim, mas acredito que as Igrejas precisam entender que dentro da aldeia tem uma religiosidade, que precisa ser respeitada", defende. Hoje ele visita aldeias em Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, informando aos índios que eles não devem aceitar a imposição de outra religião. "O índio precisa ter coragem de dizer que tem, além da identidade étnica, uma identidade religiosa", frisa.

O Grupo de Trabalho Missionário Evangélico reúne várias igrejas evangélicas, que traba-

ham em aldeias indígenas. As Igrejas evangélicas já formaram vários pastores índios em Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Além de coordenar escolas, o GTME oferece apoio médico e assessoria nas áreas de direito indígena e desenvolvimento auto-sustentável.

"A presença de uma religião cristã ou evangélica acaba pressionando a cultura indígena, descaracterizando seus valores e identidade", analisou a representante indígena Pareci e presidente do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso, Francisca Novantino Ângelo. Ela radicaliza em sua avaliação para defender os costumes de cada etnia. "Não construímos templos, nem ensinamos religião nas aldeias", enfatizou o terena Lúcio Flores. (M.O)



Casamento cristão celebrado entre os índios terenas: debate sobre a relação religiosa